

-----CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DE-----
-----FORNECIMENTO CONTÍNUO DE-----
-----REFEIÇÕES ESCOLARES 2017/2018.-----

----- Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e dezassete, entre: -----



----- PRIMEIRA - **Rosa Cristina Gonçalves da Palma**, solteira, maior, natural de Paris, França, de nacionalidade portuguesa, residente em São Bartolomeu de Messines, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Silves, outorgando em representação da mesma, com poderes para este acto e em representação do Município de Silves, pessoa colectiva de direito público número 506818837. -----

-----SEGUNDO – **Rodolfo Marques de Vicente Ferreira**, casado, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, com domicílio profissional na Rua da Garagem n.º 10, em Carnaxide, na qualidade de procurador da **GERTAL – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação S.A.**, com sede na Rua da Garagem, n.º 10, em Carnaxide, pessoa colectiva n.º 500 126 623, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o mesmo número. -----

----- Reconheço a identidade dos outorgantes e os poderes que se arrogam, da primeira por ser do conhecimento pessoal da oficial público Dr.ª Isabel Alexandra Lopes Cavaco Cabrita, Chefe da Divisão Jurídica e Administrativa da Câmara Municipal de Silves e do segundo pelo Cartão de Cidadão n.º 11441239 1ZY0, válido até 18 de maio de 2020. -----

----- E pelos outorgantes foi dito, na qualidade em que outorgam, que entre si ajustaram e reciprocamente aceitam o contrato relativo ao “Fornecimento Contínuo de Refeições Escolares 2017/2018”, nas seguintes condições: -----

----- PRIMEIRA – A Primeira Outorgante, em nome da Câmara Municipal de Silves, adjudica a prestação de serviços, à representada do Segundo Outorgante, em



cumprimento da deliberação de câmara de 14 de junho de 2017 e na sequência de Concurso Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro com a redacção introduzida pelas respectivas alterações, pelo valor de **134.960,00 €** (cento e trinta e quatro mil novecentos e sessenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a proposta apresentada e datada de 18 de maio de 2017, e com o Relatório Final do Júri do Procedimento de 05 de junho de 2017, documentos que ficam fazendo parte integrante deste contrato e ficam arquivados na pasta de documentos respectivos. -----

----- SEGUNDA – O presente contrato tem por objecto a confecção e o fornecimento contínuo de refeições para as Escolas e Jardins de Infância do concelho, durante o ano lectivo de 2017/2018, de acordo com as cláusulas 1.ª e 5.ª, as características técnicas e condições definidas na Parte II, das Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.-----

----- TERCEIRA – O contrato entra em vigor com o início do ano lectivo de 2017/2018, mantém-se em vigor até à finalização do mesmo, em conformidade com os respectivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, de acordo com a cláusula 4.ª do caderno de encargos.-----

-----QUARTA – O pagamento devido pelo fornecimento será efectuado no prazo de 30 (trinta) dias após emissão das facturas, nas condições constantes na cláusula 12.ª do caderno de encargos e da proposta apresentada.-----

----- QUINTA – Uma vez que no presente procedimento não é exigido a apresentação de caução, conforme o disposto do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, a primeira outorgante sempre que considerar conveniente, irá proceder à retenção de até

10 % do valor dos pagamentos a efetuar, de acordo com a Cláusula 18.^a do Caderno de Encargos.-----

----- Em tudo o mais regulará a legislação aplicável, nomeadamente as disposições do CCP aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com a redacção introduzida pelas respectivas alterações.-----

----- A despesa resultante deste contrato tem cabimento de verba pela rubrica orçamental seguinte: Classificação Orgânica: Capítulo 01.02; Classificação Económica: Capítulo 02; Grupo 01, Artigo 05.-----

----- A Assunção de Compromissos Plurianuais foi autorizada por deliberação de Assembleia Municipal de 25 de novembro de 2016, nos termos do n.º 1, do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.-----

----- Nos termos e para os efeitos do n.º 3 do art.º 5 da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, ao presente contrato foi prestado o compromisso n.º 17733/2017, datado de 7 de julho de 2017.-- -----

----- A minuta deste contrato foi aprovada por deliberação de Câmara de 20 de junho de 2017, nos termos do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.-----

----- Assim disseram e outorgaram do que dou fé.-----

----- Arquivo: Certidão da Segurança Social, Certidão da Conservatória do Registo Comercial de Cascais, Certidão do Serviço de Finanças de Oeiras-2, Certificados do Registo Criminal e Ata n.º 284 do Conselho de Administração.-----

HOTEL DE MANUTENÇÃO DE RESTAURANTES
E ALIMENTAÇÃO, SA

Muf J: + f

Jose Palma

Hotel Gêta

